

SÍNTESE POLÍTICA

RESENHA DO TERCEIRO TRIMESTRE

O fato mais significativo do trimestre e de maior repercussão nos meios políticos foi o desaparecimento, em trágicas circunstâncias, do Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, quando, após curta permanência na Europa, visitava seu Estado natal, o Ceará. No plano de ação do Executivo, adquiriu certo relêvo a reação do Brasil às limitações criadas pelas superpotências ao uso da energia atômica para fins pacíficos. Nos domínios da Frente Ampla, impressionou desfavoravelmente amplos setores da opinião a viagem do Sr. CARLOS LACERDA ao Uruguai para encontrar-se com seu antigo adversário Sr. JOÃO GOULART. A ARENA e o MDB continuam...

EM plena época de especulações sobre a identidade de vistas ou o divórcio entre o Presidente COSTA E SILVA, ainda recentemente empossado, e seu antecessor, no fervor das intrigas entre o primeiro governo da Revolução e o que se instaurara sob a égide de nova Constituição, quando se falava nos incômodos que apresentava para o segundo governo a presença de uma liderança que deixara o poder mas polarizava consideráveis correntes civis e militares, o destino intervém de maneira abrupta, eliminando do ce-

nário o Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO.

O ex-presidente estivera algumas semanas na Europa, onde se houvera com aquela sobriedade e a categoria intelectual que lhe marcavam a personalidade. Muito se falava sobre a constância com que permaneciam a seu lado ministros e outros altos auxiliares de sua administração, sempre prontos a vir a público em defesa de sua orientação e de seus atos nas respostas a críticas ou conceitos dos novos governantes então em busca de reformulações ou do que cha-

mavam a humanização das medidas antiinflacionárias.

Empreendeu uma viagem a seu Estado natal, uma excursão sentimental e afetiva, cumprindo a promessa de visitar a casa rural de sua conterrânea e amiga, a escritora RACHEL DE QUEIROZ. De volta, diante de Fortaleza, o pequeno avião em que viajava chocou-se com aparelho da Força Aérea Brasileira em treinamento. E ali morria, instantânea e inesperadamente, o grande patriota a quem o Brasil ficou a dever altos e nobres serviços.

Não cabe aqui, nos propósitos e limites desta resenha, tracejar os dados biográficos ou apreciar a personalidade de CASTELLO BRANCO, mas, ao registrar sua morte, assinalar o vácuo que se abriu em nossa vida política. País mendigo de líderes autênticos e inteiramente devotados ao bem público, tinha o Brasil, no eminente morto, uma figura que se notabilizou pelo intransigente cumprimento do dever, com uma determinação e uma inflexibilidade que lhe alienaram simpatias populares, decerto, mas que hão de ser apreciados como linhas de um caráter firme e obstinado no que considerava necessário ao bem de sua pátria.

Não se pode agora imaginar que papel lhe estaria reservado, mas é sensível que o novo governo se viu livre de uma sombra porventura a projetar-se sobre ele, a sombra do que os comentaristas políticos chamavam de "república de Ipanema" (alusão à residência do ex-presidente), e importantes figuras civis e militares viram-se privadas de um chefe e guia ao

qual se achavam ligados por fortes laços de solidariedade e admiração.

No próprio dia em que chegava ao Rio de Janeiro, para o enterramento com as honras e o respeito merecidos, o corpo do Marechal CASTELLO BRANCO, o diretor de um vespertino local, cujos direitos políticos haviam sido cassados por ato revolucionário, publicou em seu jornal um artigo de violento ataque à pessoa do morto. Em tais termos que feriram até mesmo a suscetibilidade do homem comum, pois é sabidamente um dos traços característicos do brasileiro o respeito aos que morrem, mesmo quando inimigos.

A reação não se fez esperar, sobretudo nos meios militares, naqueles da chamada "linha dura", sobre cuja sobrevivência ou desaparecimento se vinha especulando. Na exaltação dos ânimos supôs-se que iríamos assistir à repetição de um daqueles atos de vandalismo perpetrados no passado, a "justiça" com as próprias mãos, a violência física e a destruição de patrimônio. Porém, não. O governo tomou a iniciativa de punir o autor e, especialmente, assumiu a responsabilidade de fazê-lo, de forma drástica, é verdade, mas apoiando-se na legislação revolucionária.

Estando o articulista com seus direitos políticos suspensos, aplicou-se-lhe o dispositivo que o sujeitava à pena de confinamento no caso de transgressão das restrições correspondentes ao seu estado. Inicialmente em Fernando Noronha, depois em cidade do interior paulista e pouco mais tarde extinto, o confinamento foi medida capaz de solucionar uma crise de certa

gravidade, encontrando, se não justificativa cabal, explicação válida no caráter do regime que, embora constitucional e adstrito a regras democráticas, teve sua origem num movimento armado e se apóia num sistema de forças de evidente predominância militar.

Tal natureza do governo não conduz, todavia, ao exclusivo cuidado pela própria segurança e à insensibilidade ante problemas nacionais, inclusive alguns exigentes de altas decisões também no domínio da política externa. É o caso dos interesses de nosso desenvolvimento tecnológico que não pode prescindir do emprêgo da energia atômica, havendo o Presidente COSTA E SILVA decidido fechar a questão e lutar abertamente, nos organismos internacionais, contra as limitações criadas pelos Estados Unidos e União Soviética ao uso daquela energia em fins pacíficos.

O Brasil não está só nessa reivindicação e tampouco se tem arreccado em fazer frente à posição da grande potência vizinha, ao Norte do Continente. Embora pareça a alguns espíritos críticos demasiado fantasiosa muito do que se anuncia, dada a exiguidade de nossos recursos disputados por um sem número de problemas ainda de infraestrutura e de mínimo desenvolvimento social, o princípio defendido pelo Brasil é digno de todo o apoio. E não há dúvida de que esforços têm de ser desde já empregados, colocando-se entre eles os que visam não somente a reter no país os cientistas e pesquisadores existentes, mas também a procurar trazer de volta muitos daqueles, em considerável

número, que se encontram no exterior. A criação de novo Ministério, de Ciência e Tecnologia, é uma cogitação que se retoma atualmente.

Em agosto, o governo deu continuidade a uma das modas que adotou e que, de certa maneira, havia sido iniciada no período JÂNIO QUADROS — a de instalar-se em determinado Estado, durante uma semana, e aí baixar atos e assinar convênios de interesse local ou regional. A medida, criticada por muitos como duplamente onerosa — para o governo visitante e para o governo anfitrião — tem resultados promocionais apreciáveis. No Recife, onde funcionou durante alguns dias, a cúpula administrativa federal procurou dar seu *show* de eficiência, enquanto o Nordeste começou a mobilizar-se, com o apoio do Ministério do Interior, contra o enfraquecimento dos estímulos fiscais à aplicação de capitais naquela área-problema. A alternativa, a ser oferecida ao investidor, de aplicar sua parte do Imposto de Renda em projetos de desenvolvimento regional ou em empreendimentos de interesse turístico, poria em sério risco, se não mesmo liquidaria a fonte de recursos com que ora está contando a mais sofrida zona deste país.

No terreno estritamente político tudo se desenrola marcado por uma completa monotonia e inoperância.

ARENA e MDB desempenham, mal e mal, seus papéis. Minados por dissensões internas e privados de condições para o jogo clássico das atividades partidárias, representam, sem autenticidade, o

órgão do governo e o órgão da oposição no Congresso e nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais.

No plano federal, se a ARENA encarna acomodadamente a figura do partido situacionista, cabendo-lhe a defesa parlamentar de um governo do qual não participa efetivamente ou a seu gosto, o MDB mostra sua falência como agente catalítico, que deveria aspirar a ser, de tôdas as correntes do lado oposto.

Daí o surgimento da Frente Ampla, já referida em sínteses anteriores. No trimestre de que ora nos ocupamos, registrou-se nela mais um lance espetacular. No próprio momento em que se reunia no Rio de Janeiro a assembleia-geral do Fundo Monetário Internacional, com o que isso representa de focalização do Brasil no mundo inteiro, o Sr. CARLOS LACERDA provocava o interêsse geral para a política interna. Realizou a sua tantas vêzes prevista quantas duvidada viagem a Montevideu para fazer as pazes com o Sr. JOÃO GOULART e pedir-lhe apoio para o movimento até então sustentado por êle e pelo Sr. JUSCELINO KUBITSCHER, sendo que êste com a discrição e as limitações resultantes da suspensão de seus direitos políticos. Se o presidente deposto pela Revolução, depois de muita hesitação, afinal aliou-se ao

grande inimigo seu e de seu padrinho político que foi GETÚLIO VARGAS, o mesmo não fêz o Sr. LEONEL BRIZOLA, que continua pensando em termos de uma revolução armada.

Com o seu gesto, os Srs. CARLOS LACERDA e JOÃO GOULART alienaram, ambos, a simpatia e a solidariedade de muitos dos seus seguidores.

No caso do primeiro, a maioria destes o acompanhava por anor a princípios éticos e a certa linha de coerência que encontraram: no fragor das batalhas mais violentas e que agora vêm abandonados e suplantados pela obsessão do retôrno das eleições diretas, preliminar e indispensável à tentativa de chegar à Presidência da República.

Não havendo conseguido sensibilizar a opinião pública a Frente Ampla continua a existir apenas nos encontros de alguns políticos, de modo geral fortemente resabiados entre si ou ainda pouco à vontade em suas relações recentemente atadas ou reatadas após embates aspérrimos, e a entrevistas e discursos do idealizador, com tendência a crescente violência. Na verdade, a Frente Ampla ainda não veio às ruas, não ganhou consistência, abriga interêsses difíceis de justificar e não exprime ideais galvanizadores do ânimo popular.